



COMO SE FAZ UM POVO

Ensaio em História
Contemporânea
de Portugal

Coordenação
José Neves

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMX

Museu da Electricidade 19 JUN
19 SET



Este livro foi publicado no âmbito da Exposição Povo-People, organizada pela Fundação EDP, no Museu da Electricidade, durante o Verão de 2010.

© 2010, Fundação EDP e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A,
1500-627 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Como Se Faz Um Povo.*
Ensaios em História Contemporânea de Portugal
Coordenação: José Neves
Autores: AAVV
Tradução (texto de Diego Palacios Cerezales):
Miguel Serras Pereira
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Vera Tavares

1.ª edição: Junho de 2010
ISBN 978-989-671-040-8
Depósito Legal n.º 311975/10

Índice

- 7 Introdução
José Neves
- REPRESENTAÇÃO, CIDADANIA E POLÍTICA POPULAR
- 25 Do moderno conceito de povo em Portugal:
constituição e usos (1807 — 1850)
Fátima Sá e Melo Ferreira
- 41 Povo e cidadania no século XIX
Cristina Nogueira da Silva
- 57 «Autogoverno» e «moralismo igualitário».
Política popular em Portugal no século XIX
António Monteiro Cardoso
- 71 O soberano ausente: povo, povos, povinho, os avatares
de um sujeito mítico na cultura liberal portuguesa
Diego Palacios Cerezales
- 85 No «século do povo» — a perspectiva liberal e romântica
de Garrett e Herculano
Luís Augusto Costa Dias
- 93 O movimento republicano e o povo
Maria Alice Samara
- 107 A religiosidade e o povo na Primeira República
David Luna de Carvalho
- IDENTIDADE NACIONAL, CULTURA POPULAR E REVOLUÇÃO
- 125 Usos da cultura popular
João Leal
- 139 Do povo à comunidade. Os emigrantes
no imaginário português
Victor Pereira
- 153 Indígenas, imigrantes e outros povos
Miguel Bandeira Jerónimo, Nuno Domingos e Nuno Dias
- 167 Povo, nação, raça: representações da identidade nacional
portuguesa no século XX
José Manuel Sobral
- 183 O povo do Estado Novo
Vera Marques Alves
- 195 Levar ao povo o que é do povo:
as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica
do Movimento das Forças Armadas (1974-1975)
Sónia Vespeira de Almeida
- 209 Povo, comunismo e autonomia
José Neves
- 227 Portugal sem destino
Silvina Rodrigues Lopes

SOCIEDADE, ECONOMIA E QUOTIDIANO

- 243 Notas sobre o alto, o baixo e as danças africanas
(séculos xvii e xviii)
Diogo Ramada Curto
- 263 O povo de Lisboa — sociabilidades na transição
para o Portugal contemporâneo
Maria Alexandre Lousada
- 277 O povo como «classe criminosa»
Maria João Vaz
- 293 Povo, população e sociedade na investigação
económica-agrária do início do século xx
Frederico Ágoas
- 311 No país de sol e uvas de oiro. Produção e consumo
de vinho em Portugal no século xx
Dulce Freire
- 325 O habitar do povo
Manuel Graça Dias
- 339 A banca e o povo
Ricardo Noronha
- 353 «A força do povo»: *photomaton* do associativismo popular
Daniel Melo

ARTE, ESPECTÁCULO E DISSENSÃO

- 371 A cidade despovoada — povo, classe e literatura moderna
Luís Trindade
- 385 Vamos ver o povo...
João Pinbaranda
- 401 Retratos do povo
Emília Tavares
- 415 O povo no teatro de revista
Vítor Pavão dos Santos
- 427 O povo na televisão
Eduardo Cintra Torres
- 441 «Povo *pop*», mudança cultural e dissensão
Rui Bebiano
- 455 Cinema, povo e público
Tiago Baptista
- 469 Notas biográficas

Introdução

José Neves

AS PRIMEIRAS PALAVRAS DESTA introdução pertencem a Ian Hacking. «Desde há muito que me interesso pelas classificações de pessoas, no modo como afectam as pessoas classificadas e na forma como os efeitos que têm sobre elas, por seu turno, transformam essas mesmas classificações. São vários os tipos de pessoas que pensamos como objecto de estudo científico. Por vezes para controlá-las, como as prostitutas; outras para ajudá-las, como os potenciais suicidas. Por vezes para organizar e ajudar, embora também para nos mantermos seguros, como no caso dos pobres ou dos sem-abrigo. Por vezes para transformá-las para o seu próprio bem e para o bem de todos, como os obesos. Por vezes apenas para admirá-las, compreendê-las, encorajá-las e talvez até para emulá-las, como (às vezes) sucede com os génios. Concebemos estes tipos de pessoas como classes determinadas, definidas por propriedades determinadas. À medida que sabemos mais acerca destas propriedades, a nossa capacidade de controlar, ajudar, transformar ou emular aquelas pessoas aumenta. Mas na verdade não é bem assim. Elas são alvos em movimento, porque as nossas investigações interagem com elas e transformam-nas. E, uma vez transformadas, já não são exactamente o mesmo tipo de pessoas. O alvo moveu-se. É aquilo a que chamo de ‘efeito de *looping*’»¹.

Este efeito de *looping* pode ser considerado à luz da simples comparação com o fotógrafo, que através da sua objectiva procura capturar a imagem de um determinado acontecimento ou sujeito. Durante muito tempo essa imagem foi-nos revelada como a verdadeira representação do sujeito ou do acontecimento fotografados. Mas houve quem perguntasse se essa verdade era absoluta; e a resposta acabou por ser negativa. Sabemos hoje que um mesmo sujeito (ou um mesmo acontecimento), quando observado por mais do que uma pessoa, tende a suscitar mais do que um relato. A imagem fotográfica que

representa o sujeito depende sempre de quem o fotografa e do ângulo por que ele é fotografado. Há uma *relação* entre quem fotografa e quem é fotografado. Mas, além do que ficou dito, hoje também sabemos que, na *relação* entre quem fotografa e quem é fotografado, existe ainda um outro nível de jogo. Na verdade, na maior parte das vezes, o sujeito que se procura fotografar não se encontra estático, à espera de ser capturado pela objectiva. É, ao invés, um sujeito que se move, como refere Hacking, e o seu movimento, estando o sujeito ciente ou não da perseguição de que está a ser alvo, implica que quem o persegue também se mova. Ou seja, sabemos que não é apenas a imagem do fotografado que depende da perspectiva do fotógrafo, mas é também esta que depende do movimento daquele. Há uma interdependência entre fotógrafo e fotografado.

Esta interdependência, por sua vez, é de tal modo intensa que o jogo nunca poderá ser dado por concluído. A tensão mantém-se, na medida em que existe um movimento permanente, que não cessa, mesmo quando o alvo foi fixado e a imagem foi finalmente obtida. Nesta circunstância, em que o processo parece estar concluído, já tudo, na verdade, terá recomeçado: bastou que se perguntasse qual foi a reacção de fotógrafo e fotografado à revelação da «sua» fotografia para que percebêssemos o movimento. Com efeito, o fotografado, ao ver-se representado, modifica a sua pose. Esta modificação pode decorrer de uma vontade radical de mudança ou da tentativa de permanecer fiel à pose anterior; pode passar por uma tentativa de proceder a uma completa reinvenção de si ou por uma tentativa de aperfeiçoamento; pode decorrer de modo consciente, tendo em vista futuros retratos, ou de modo menos consciente; mas acontece sempre. Já o fotógrafo, por sua vez, igualmente modifica a sua postura após ver revelada a imagem que obteve. A revelação permite-lhe observar o resultado objectivo do seu ponto de vista subjectivo e, olhando-se a esse espelho, ele corrigirá, de modo mais ou menos acentuado, e também de modo mais ou menos consciente, a sua própria forma de fotografar.

Em suma, sabemos que a imagem capturada depende não apenas do ponto de vista do fotógrafo, mas também da subjectividade do fotografado e do seu movimento, movimento que implica movimento do próprio fotógrafo e transformação do seu ponto de vista; na fotografia inscreve-se um processo de subjectivação que afecta tanto o fotógrafo como o fotografado. A imagem capturada nunca chega,

por isso, a *conter* a realidade, entre outras razões porque a própria realidade responderá sempre à sua representação, produzindo-se uma nova realidade a partir de cada nova representação e uma nova representação a partir de cada nova realidade.

Vêm estas notas iniciais a propósito deste livro: um livro acerca do povo que reúne ensaios de diferentes tipos de autores, entre os quais vários historiadores, mas também antropólogos e sociólogos, entre outros. E servem as notas para declarar que, na organização do livro, procurei estar atento ao efeito de *looping* referido por Ian Hacking. Todos os discursos que falam de povo — embora o mesmo possa ser dito a respeito de outros nomes — incorrem nesse efeito de *looping* cujo movimento se quis acima retrair, mas nós, os historiadores, apesar de estarmos cientes de tal efeito, não raras vezes acabamos por nos julgar à parte do mesmo. Assim é, em parte porque entendemos que o nosso tempo é apenas e só o do passado, ao contrário dos discursos políticos, literários ou artísticos, ou dos discursos dos nossos vizinhos da antropologia, da sociologia, da economia ou da filosofia, que estarão irremediavelmente presos às contingências do presente. Trata-se, porém, de uma ilusão, como nos é avisado por textos de Walter Benjamin, Michel Foucault ou Hayden White, entre outros autores que têm apelado a que os historiadores mantenham uma relação difícil com a verdade². Porque, se é verdade que o passado já passou, o acesso a essa realidade finita dependerá sempre da perspectiva em que presentemente nos apoiemos e, como tal, esse passado estará sempre sujeito à imprevisibilidade do presente em que o historiador vive. Escreveu Carlos de Oliveira:

O azul do céu precipitou-se na janela. Uma vertigem, com certeza.

As estrelas, agora, são focos compactos de luz que a transparência variável das vidraças acumula ou dilata. Não cintilam, porém.

Chamo um astrólogo amigo:

«Então?»

«O céu parou. É o fim do mundo.»

Mas outro amigo, o inventor de jogos, diz-me:

«Deixe-o falar. Incline a cabeça para o lado, altere o ângulo de visão.»

Sigo o conselho: e as estrelas rebentam num grande fulgor, os revérberos embatem nos caixilhos que lembram a moldura dum desenho infantil.³

TALVEZ SEJA então o momento de clarificar aquilo que este livro não pretende e aquilo que ele procura. Entre outras coisas, este livro não pretende fazer uma História do Povo Português. Caso pretendesse, esta introdução seria o ponto de partida para uma visita à origem dessa espécie, ao seu desenvolvimento e ao seu fim. Fomos e somos repetidamente confrontados com relatos que resultam desse género de visita. São relatos que diferem entre si, seja a nível estético, seja a nível ideológico, seja a nível científico, e que diferem igualmente no seu acento tónico, já que, em alguns casos, quando reina o optimismo, é mais provável que, dos relatos, resultem notícias acerca da vitalidade da espécie e da sua futura expansão; ao passo que, quando impera o pessimismo, tendemos a ser alertados para o perigo de uma futura extinção da dita espécie. As diferenças entre estes relatos são seguramente complexas — desde logo, os relatos são atravessados pela história de diferentes correntes políticas, sensibilidades artísticas, paradigmas científicos, etc. — e serão objecto de análise em vários textos deste livro. Mas, para lá destas múltiplas diferenças, esta introdução pretende colocar em discussão um problema geral: ao longo da época contemporânea, não só foi sendo dada como garantida a existência da própria espécie a que se chama povo, como se passou a aceitar como natural que os discursos de historiadores, antropólogos e sociólogos, mas também os discursos de políticos, escritores ou jornalistas, procedam à identificação de espécies.

Em alguns discursos, as espécies são tidas como entidades tão naturais que não fará qualquer sentido questionar a sua existência; existem povos, como existem nações, indivíduos, comunidades, massas, sociedades, elites, heterossexuais, homens, crianças, pretos, mulheres, adultos, brancos, homossexuais, e só por diletância é que alguém poderá questionar tanta e tamanha evidência. Noutros discursos, a existência de um povo não é entendida como resultado de uma ordem natural, mas sim enquanto efeito de um processo histórico, cabendo então ao historiador dar conta desse processo. Existem, é claro, diferenças de concepção significativas entre aqueles tipos de discurso, mas, ainda assim, muitas vezes, nem a existência das várias espécies acima mencionadas nem a própria existência de espécies acaba por ser questionada pelas concepções historicistas que norteiam o segundo tipo de discursos. Com efeito, se há quem fale da naturalidade e da unidade de um povo ou de uma nação, há quem dê conta da sua historicidade e por vezes da sua diversidade, mas conti-

nue a conter essa diversidade em fórmulas de síntese, fórmulas que ganham a sua forma através de narrativas mais ou menos lineares, que estabelecem continuidades entre o que diverge, e assim igualmente configuram uma unidade, uma espécie, um povo.

Trata-se, nestes discursos, de elaborar uma biografia — no caso, a biografia de um sujeito colectivo — e de desenvolver narrativas que procuram retratar uma nação ou um povo — no caso, Portugal e o povo português —, presumindo-se um sentido, que será possível ao historiador *reconhecer*, de modo a apurar uma identidade por entre as atribulações de uma ou mais vidas e dos caminhos astuciosos que estas tomam. São, por isso, narrativas que discutem os actores, nalguns casos *reconhecendo* a homogeneidade de um povo, noutras exibindo a sua diversidade, às vezes aludindo às circunstâncias que vitimam um povo, outras à vontade indomável de um outro povo, por vezes dando conta da perda de identidade de um indivíduo, outras enfatizando o protagonismo decisivo de um outro indivíduo — mas são narrativas que só raramente questionam o que é isso de ser um actor, um povo, um autor⁴.

Em relação à necessidade deste questionamento, é por vezes alegado que, se o historiador começa a questionar toda e qualquer uma das palavras de que faz uso no seu ofício, nunca chegará a fazer história propriamente dita, de tal modo ficará emaranhado no presente. Trata-se de uma alegação que se por um lado aceita a pertinência do questionamento, e não existe nenhum historiador ou cientista social que hoje desconsidere por completo a reflexão em torno das circunstâncias que envolvem o seu próprio trabalho, por outro lado considera esse questionamento e essa reflexão secundários. Ora, nesta secundarização revela-se ainda um entendimento da história como aquilo que decorre aquém do texto, aquilo que acontece antes de suceder a obra historiográfica propriamente dita — trata-se de um entendimento que, como vimos, já não é sustentável, porque, se a história pode ser simplesmente entendida como aquilo que aconteceu, o acesso do historiador a esse tempo passado implica necessariamente o recurso às palavras de que dispõe e faz uso no presente, sendo que este uso presente guarda uma dimensão histórica, não só porque pode iluminar ou ensombrar passados antes ocultos ou antes evidentes (ou seja, o passado é finito, mas as possibilidades do seu conhecimento e do seu desconhecimento são infinitas), como também porque condiciona um tempo futuro. Em resumo: o trabalho de um historiador, sabemos hoje, constitui um

acontecimento historiográfico, mas também um acontecimento histórico; não se limita a *dar conta* de um efeito histórico, mas a interpretar a história, e não se limita a interpretar a história, mas igualmente se dá como uma causa histórica, numa articulação permanente entre representação e realidade, forma e conteúdo, causa e efeito, de que resulta problemática a própria oposição entre os termos.

Este livro deixa-se enredar por esta problemática. Em lugar de apenas dar conta da história de um povo, das suas características e dos seus atributos, trata-se também de pensar a questão do título: *como se faz um povo*. Isto é, por que processos se forma a própria ideia de povo, independentemente do objectivo com que se afirma a sua existência, objectivo que tanto pode passar pela celebração do povo, o que normalmente sucede com o «nosso» povo, ou pela sua censura, o que não raras vezes acontece ao povo dos «outros». Fazer e desfazer um povo, em bom rigor, são movimentos que se opõem, mas que também se complementam. Exemplo máximo, mas não único, e não sem precedente ou continuidade, é o do nazismo. O nazismo inventou, estereotipou e celebrou um povo alemão, mas igualmente inventou, estereotipou e censurou povos que considerou como outros — russos, judeus, ciganos, franceses, etc. —, numa lógica de inclusão/exclusão que igualmente presidiu a políticas de identidade e discriminação que separaram pessoas categorizadas como saudáveis de pessoas categorizadas como deficientes, heterossexuais de homossexuais, alemães de comunistas; isto é, veio «purificar» a própria ideia de povo alemão.

O livro reúne, então, contributos para a história da política, da cultura, da economia ou das artes no Portugal contemporâneo. São contributos diversos, que podem ser lidos seguindo uma ordem aleatória, mas, como disse, houve um fio que pretendeu uni-los: além da diversidade de áreas temáticas de que os ensaios dão conta, procurei reunir contributos que não situassem apenas o lugar do povo em todas aquelas áreas, mas que, ao fazerem-no, igualmente discutissem as lógicas de identificação que formam um povo e através das quais se forma um povo. Em alguns temas, o estado da investigação permitiu que isso fosse conseguido; noutros temas, não foi possível, por motivos diversos, reunir outros tantos contributos. De qualquer dos modos, este livro não se pretende uma obra de síntese, mas de reunião de um conjunto de exercícios exploratórios realizados no quadro actual da historiografia e das ciências sociais em Portugal, quadro sobre o qual vale a pena determo-nos por um momento.

EM PORTUGAL, nas últimas décadas, a generalidade dos historiadores e cientistas sociais passou a utilizar o nome povo com maior parcimónia. Em parte este foi o resultado da descoberta da historicidade do nome. A descoberta deu azo a um movimento de demarcação dos historiadores em relação a concepções historiográficas que foram tidas como mais datadas. Este movimento tomou duas direcções. Em primeiro lugar, considerou-se que o conceito preservaria um sentido demasiado nacionalista, sentido que a generalidade dos historiadores não pretendia ver reflectido nos seus textos, e que resultaria, em grande medida, da emergência do nacionalismo entre o século XIX e princípios do século XX e do exacerbamento desse nacionalismo no quadro da cultura política estado-novista. Em segundo lugar, aconselhando igualmente precaução na utilização do nome povo, tornou-se frequente considerar que, no quadro de uma cultura política antifascista que marcou indelevelmente uma geração de historiadores e cientistas sociais opostos ao regime de Salazar, o conceito povo adquiriu uma conotação não apenas demasiadamente nacional, mas também excessivamente classista.

Deste duplo distanciamento, que hoje marca as obras da grande maioria dos historiadores e cientistas sociais em Portugal, resultaram, porém, projectos historiográficos cuja diversidade deve ser retida. A generalidade dos historiadores e dos cientistas sociais aceitou a historicidade de nomes como povo, mas as conclusões daí retiradas diferenciam-se. Embora correndo o risco inerente a toda e qualquer simplificação, creio ser possível mapear três tendências principais, que, porém, não devem ser entendidas de modo estanque, como se cada obra historiográfica e o percurso de cada historiador pudessem ser simplesmente enfileirados em cada uma das seguintes três gavetas.

Uma primeira tendência tem explorado justamente a questão da historicidade do conceito povo, debruçando-se sobre o passado preferencialmente através do estudo dos discursos, dos conceitos e das imagens — numa palavra que resume, das representações — que apresentam esse mesmo passado. Procura-se assim conhecer o conhecimento do passado, num esforço inspirado por uma série de estudos internacionais, entre os quais será possível destacar livros como *The Invention of Tradition* [A Invenção da Tradição], coordenado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, datado de 1983. Esta viragem em prol do estudo das representações, diga-se, faz parte de um processo de renovação historiográfica mais amplo, que de todo

não se cinge às temáticas do povo e do popular, e que o historiador Peter Burke resumiu com eloquência, ainda que de modo algo caricatural, ao aludir à variação ocorrida no trabalho do seu colega John Elliot. Este eminente hispanista publicou em 1961 um livro intitulado *The Revolt of the Catalans: A Study in the Decline of Spain, 1598-1640* [A Revolta dos Catalães: Um Estudo sobre a Decadência da Espanha, 1598-1640], mas cerca de duas décadas depois, mais precisamente em 1977, veio a publicar um artigo intitulado «Self-perception and decline in early seventeenth-century Spain» [«Auto-percepção e decadência em Espanha no início do Século XVII»].⁵

Uma segunda tendência que podemos sinalizar é a que aproxima vários trabalhos que têm investigado práticas denominadas como populares, pesquisando a cultura popular, as sociabilidades populares ou a política popular. Estas investigações têm continuado o estudo de temas antigos, como por exemplo os que se relacionam com a religião, o trabalho ou a arte, e têm abraçado novos temas, como por exemplo o associativismo, o cinema ou o desporto. Por vezes, os autores desta segunda tendência acusam os historiadores e cientistas sociais da primeira tendência de investirem demasiada energia no estudo de representações e, por vezes, estes efectuem uma acusação inversa, mas hoje será (?) pacífico que uma e outra questão se baralham, de tal maneira que os historiadores das práticas populares começam frequentemente por se demorar sobre o que pode querer dizer popular; e os historiadores das representações procuram compreender que matéria e movimento se constelam nas imagens fixas cujos significados procuram desconstruir. Este livro, de algum modo, procura participar deste jogo de interposição de representações e práticas⁶.

Existe, por fim, uma terceira tendência que apesar de, não raras vezes, aparentar desinteresse em relação aos temas do povo e do popular, assim como em relação a outros temas relativos a sujeitos colectivos numerosos, sejam estes nomeados de plebe, povo, massas, multidão ou classes, deve ser compreendida nesta tentativa de mapear os caminhos historiográficos que despontaram da descoberta da historicidade do conceito povo. Paralelamente a esta descoberta, mas igualmente apoiando-se nela e, muitas vezes, explorando-a de modo sugestivo⁷, nas últimas décadas um número crescente de historiadores e cientistas sociais tem-se dedicado à consolidação científica de conceitos como indivíduo ou elite. Este segundo, designadamente, alcançou um relativo sucesso no repertório historiográfico dos últi-

mos anos, sucesso que mantém uma relação directa com o declínio do conceito povo, na medida em que a valorização da acção da elite no processo histórico se deu frequentemente por contraponto à desvalorização da acção dos sujeitos numerosos. Esta contraposição, no entanto, não impede continuidades que é importante aqui sublinhar, porque, se é certo que, em vários casos, a utilização do nome elite tem sido suportada por um debate conceptual não menos sofisticado do que aquele que existiu e continua a existir a respeito de nomes de povo ou de classe⁸, é também claro que o nome elite acabou por ganhar uma evidência que o tornou tão pouco questionável como tudo aquilo que se toma por natural. Poderão os historiadores e cientistas sociais, a começar pelos que têm conceptualizado o nome elite, ficar indiferentes a esta naturalização?

O efeito de naturalização do conceito de elite não se deve, muitas vezes, aos historiadores e cientistas sociais que se empenharam e empenham na sua consolidação científica. Deve muito à ressonância mediática do conceito, para a qual esses historiadores e cientistas sociais só em parte relevam, e a qual nem sempre conseguem contrariar, uma vez que o actual espaço mediático, em regra, não parece convidar a exercícios de problematização conceptual. Contudo, nada disto é propriamente novo e nomes como povo igualmente se naturalizaram em processos de circulação de sentido entre a comunidade científica, os *media* e a sociedade em geral, o que não impediu que os historiadores e os cientistas sociais tivessem começado a questionar essa naturalização. Na verdade, há historiadores e cientistas sociais que, seja através do seu desempenho académico, seja através da sua performance mediática, não só não se preocupam com o efeito de naturalização do conceito de elite, como para ele contribuem. Esta contribuição não resulta tanto de argumentos historiográficos e sociológicos específicos, os quais concorrem para a legítima consolidação científica do conceito, mas do modo como, por vezes, esses argumentos procedem: tratam de estabelecer uma distinção radical entre conceitos de natureza científica e conceitos de natureza ideológica, sendo que o nome elite caberia no conjunto dos primeiros e os nomes de povo e classe no conjunto dos segundos. Ora, desta contraposição ilegítima tem resultado que a elite frequentemente apareça no palco da história dotada da mesma consistência objectiva e da mesma coerência subjectiva que outrora assistia a conceptualizações naturalizantes e identitárias do povo e da classe, conceptualizações

nas quais estes dois sujeitos tendiam a surgir como realidades a-históricas.

Ou seja: a historiografia e as ciências sociais que têm contribuído para a consolidação científica do conceito de elite têm questionado identidades específicas como povo ou classe, tal como, em parte, têm procurado evitar o perigo de fetichizar o conceito de elite, mas correm o risco de ver acontecer com o conceito de elite o mesmo que lhes motivou muitas das críticas que dirigiram aos usos abusivos dos conceitos de povo e classe. Tratar-se-á de mais do que uma simples coincidência: será também no modo como se tem negado as identidades de povo e classe que, por vezes, se encontra o princípio da afirmação da identidade das elites e do indivíduo, funcionando aquelas primeiras como fundamento negativo destas últimas, como se povo e classe fossem o *outro* ideológico que permite ao historiador das elites certificar-se da autoridade científica do seu *Eu* e da cientificidade do seu objecto de estudo.

À DESCONSTRUÇÃO da naturalidade do nome povo sucedem, então, e pelo menos, dois tipos de percursos historiográficos. Os percursos que, a partir da crítica à carga identitária do nome povo, tendem a prescindir de qualquer utilização conceptual do nome, contrapondo-lhe um outro conceito — a elite — que, porém, ao ser naturalizado por via da reivindicação de uma sua superioridade científica, acaba por tender a ser enformado numa lógica identitária semelhante à que durante muito tempo presidiu à nomeação do povo. E os caminhos que têm relativizado a carga identitária do conceito povo e têm procurado, com maior ou menor sucesso, articular a história do *nome* e a história das *coisas*⁹, analisando as práticas dos grupos tidos como populares em relação com as representações que deles são feitas por grupos que são ou não tidos como populares. Trata-se aqui de colocar em causa a identidade do povo e da classe, mas não simplesmente negando essa identidade, antes desconstruindo-a, de modo a encontrar a *relação* além da identidade; desde logo, a *relação* entre elite e povo e a *relação* entre classes. Com efeito, parte importante das críticas às concepções identitárias de povo e de classe foi desenvolvida por autores que continuaram a trabalhar com o conceito de povo e de classe, embora renovando-os, nomeadamente desprovendo-os da carga identitária que dava a sua existência por garantida¹⁰.

Veja-se, nomeadamente, o contributo de Edward Palmer Thompson. O historiador, que se debruçou uma e outra vez sobre conceitos como povo, multidão e classe, afirmou a propósito deste último conceito: «é, em parte, uma questão de metáfora que — tal como vemos nas mãos de Marx — às vezes oferece uma explicação magnificamente viva de alguma regularidade histórica. Entretanto, nunca se deve esquecer que permanece como uma descrição metafórica de um processo mais complexo que acontece *sem* identidade ou propósito.» E acrescentou: «foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira anti-histórica, à ‘classe’, e muito pouca, ao contrário, à ‘luta de classes’. Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes parece-me ser o conceito prioritário. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldade em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha.»¹¹

Nesta introdução — que, vale a pena explicitar, responsabiliza apenas quem a escreve e não os restantes autores que participam no livro —, não se pretende, pois, defender o povo (ou a classe) e atacar a elite. Trata-se antes de sustentar que todos os nomes e conceitos, incluindo povo, classe e elite, devem estar atentos ao seu próprio efeito de encantamento, sem que, porém, seja possível ou desejável que se evite o risco de nomear ou conceptualizar. O desafio consistirá, isso sim, e seguindo a pista de Thompson, entre outros, em recusar qualquer oposição absoluta entre ideologia e ciência. Trata-se de cuidar do poder encantatório dos nomes e da historicidade a que estão sujeitos no duplo sentido que se implica nas ideias de cuidado e sujeito: por um lado, o historiador deverá vigiar as formas da sua expressão, atendendo a que é condicionado pelo contexto em que vive e de modo a procurar evitar reduzir o passado aos sentidos do presente; por outro, o historiador deverá cultivar essas mesmas formas, ciente de que essa sofisticação não só transforma o contexto em que vive, como também lhe permite lançar novas luzes sobre o passado que estuda, passado que não é qualquer coisa naturalmente evidente, mas é sempre interpretado, de modo que todo e qualquer conceito historiográfico é forçosamente anacrónico.

Quando historiadores que estudam épocas pré-contemporâneas ou sociólogos que estudam épocas pós-contemporâneas nos

alertam para o perigo de anacronismo que está contido na utilização de conceitos de povo e classe para o estudo desses períodos, podemos e devemos, à luz do princípio de vigilância acima referido, atender aos seus conselhos; mas, à luz de uma ideia de história enquanto interpretação, devemos rejeitar qualquer ilusão de que é possível um conhecimento não anacrónico do passado. O argumento da anacronia dos conceitos historiográficos, na verdade, tem lugar apenas no seio de uma filosofia da história de acordo com a qual é possível ao historiador acumular mais e mais conhecimento sobre o passado (ou ao sociólogo sobre o presente), até ao dia em que esse conhecimento totalize a própria realidade, correspondendo-lhe de modo integral e transparente, a caminho de uma verdade absoluta.

Foi esta ideia de verdade absoluta que, no início deste texto, vimos ser genericamente rejeitada pelos actuais historiadores e cientistas sociais (mas não só por estes), quando verificámos que cada momento de conhecimento implica um momento de desconhecimento, que cada interpretação inclui algo no interior do texto mas dele exclui outro tanto. E ainda que fosse possível, a partir de uma visão panorâmica, chegar a um conhecimento do passado em que toda a sua diversidade fosse retida, o facto de esse conhecimento depender sempre do momento em que é alcançado, e dos modos, formas e perspectivas de quem o produz, implica que toda e qualquer representação do passado resulte sempre diversa da anterior, de tal maneira que o historiador, ao mesmo tempo que vai acumulando novas respostas sobre o passado, vai acrescentando novas perguntas.

Da leitura dos ensaios deste livro surgirão, certamente, novas perguntas. E não há nenhum motivo estritamente científico para que nessas perguntas não tenham cabimento palavras como popular, massas, multidão, plebe, proletariado, burguesia ou povo.

NOTAS

- * À historiadora Fátima de Sá, cujos estudos em torno da política popular e do conceito de povo tenho tido a possibilidade de acompanhar de perto, e ao antropólogo João Leal, a quem devo grande parte do meu interesse pelas temáticas da cultura popular, quero agradecer as sugestões que me deram no âmbito da organização deste livro. Aos restantes autores, agradeço a confiança que depositaram no organizador. De igual modo, agradeço o apoio e as sugestões de José Manuel dos Santos, de João Pinharanda e de António Soares, com os quais trabalhei no âmbito da Exposição Povo-People, realizada no Verão de 2010, no Museu da Electricidade, um evento em cujo âmbito este livro teve a sua origem. Quaisquer lacunas e insuficiências que o livro contenha são, porém, da minha responsabilidade.
- 1 Ian Hacking, «Formar Pessoas», em Bruno Peixe Dias e José Neves (coord.), *A Política dos Muitos — Povo, Classes e Multidão*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2010.
 - 2 Veja-se: Walter Benjamin, «Teses Sobre o Conceito de História», em Walter Benjamin, *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*, Lisboa, Relógio D'Água, 1992; Michel Foucault, «Nietzsche, a Genealogia e a História», em Michel Foucault, *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1979; Hayden White, «O Texto Histórico como Artefacto Literário», em Hayden White, *Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura*, São Paulo, EDUSP, 1994.
 - 3 Carlos de Oliveira, «Estrelas», em Carlos de Oliveira, *Sobre o Lado Esquerdo*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1968, p. 205.
 - 4 No panorama historiográfico português, uma das excepções a esta tendência é o notável ensaio metabiográfico: Carlos Maurício, *A Invenção de Oliveira Martins — Política, Historiografia e Identidade Nacional no Portugal Contemporâneo (1867-1960)*, Lisboa, INCM, 2005.
 - 5 Peter Burke, *What is Cultural History?*, Londres, Polity Press, 2004, p. 33.
 - 6 Este livro pretende-se assim somar ao volume organizado por Salwa Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco: S. Castelo-Branco e J.F. Branco (coord.), *Vozes do Povo — A Folclorização em Portugal*, Oeiras, Celta, 2003.
 - 7 Veja-se, nomeadamente, alguns dos capítulos de: Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. 6 da *História de Portugal* (dir. de J. Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
 - 8 Veja-se: Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991; Rui Santos, «Senhores da Terra, Senhores da Vila: Elites e Poderes Locais em Mértola no Século XVIII», em *Análise*

Social, Vol. XXVIII (2.º), 1993 (n.º 121), pp. 345-69. Para um exercício no âmbito da história das ideias, em que, por isso, o conceito de elite é tratado na sua historicidade, veja-se: Rui Ramos, «Oligarquia e Caciquismo em Oliveira Martins, Joaquín Costa e Gaetano Mosca (c. 1880-c. 1900)», em *Análise Social*, Vol. XLI (1.º), 2006 (n.º 178), pp. 31-53.

- 9 Para glosar o texto clássico de Manuel Villaverde Cabral, um ensaio seminal em torno do sujeito proletário: Manuel Villaverde Cabral, *Proletariado: o Nome e a Coisa*, Lisboa, Regra do Jogo, 1984.
- 10 Veja-se a este respeito os textos publicados em: Bruno Peixe Dias e José Neves (coords.), *A Política dos Muitos — Povo, Classes e Multidão*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2010.
- 11 E.P. Thompson, «Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’», em E.P. Thompson, *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Escritos*, Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 274.

REPRESENTAÇÃO, CIDADANIA E POLÍTICA POPULAR

Notas Biográficas

ANTÓNIO MONTEIRO CARDOSO (Freixo de Espada à Cinta, 1950) é doutorado em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE, investigador do Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa e professor na Escola Superior de Comunicação Social, em Lisboa. Tem-se dedicado especialmente ao estudo das movimentações sociais no contexto das lutas liberais no século XIX.

CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA é professora na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, onde se doutorou em 2005. É licenciada em História pela mesma Universidade e concluiu o mestrado em Ciências Sociais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 1997. As suas actuais áreas de investigação são a história do estatuto jurídico das populações do ultramar português, o pensamento liberal e a cidadania em oitocentos.

DANIEL MELO (Bruxelas, 1970) é historiador e investigador auxiliar no Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa. Tem como áreas de pesquisa centrais o terceiro sector, a cultura e as políticas públicas. É (co-)autor dos livros *Salazarismo e Cultura Popular*; *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo*; *A Globalização no Divã* e *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*.

DAVID LUNA DE CARVALHO é professor do Ensino Básico desde 1982, ano em que se licenciou em História pela Faculdade de Letras de Lisboa. Em 1998 terminou o mestrado em História Contemporânea pelo ISCTE, com a dissertação *Os Alevantes da Memória, Resistências Populares à Política Religiosa da 1ª República no Concelho de Nordeste da Ilha de S. Miguel — 1911*. Em 2007 doutorou-se em

História Moderna e Contemporânea com a dissertação *Os Levantes da República (Resistência à laicização e movimentos populares de repertório tradicional na 1.ª República (Continente, Açores e Madeira, 1910 — 1917))*. É investigador do Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa no ISCTE desde 2003.

DIEGO PALACIOS CEREZALES (Montreal, 1974) é professor auxiliar na Universidad Complutense de Madrid, doutorado em Ciências Políticas pela mesma universidade e mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Lisboa. É autor do livro *O Poder Caiu na Rua* (2003), sobre os movimentos populares em Portugal durante o período que se seguiu ao 25 de Abril, e publicou numerosos artigos sobre mobilização popular, Estado e polícia em Portugal e em Espanha, durante os séculos XIX e XX.

DIOGO RAMADA CURTO é historiador. É professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Co-dirige, com Nuno Domingos e Miguel Jerónimo, a recém-criada coleção História e Sociedade, nas Edições 70.

DULCE FREIRE (1969, Alvaiázere/Leiria) é investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e bolseira de pós-doutoramento da FCT. Nos últimos anos, integrou equipas internacionais em projectos de investigação sobre vinhos, sociedades rurais, movimentos sociais e modernização da agricultura. Recebeu, em 2000, o Prémio de História da Fundação Mário Soares. Foi uma das coordenadoras de *Contrabando na Fronteira Luso-espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*, 2009. Tem no prelo *Portugal e a Terra. Itinerários de Modernização da Agricultura na Segunda Metade do Século XX*.

EDUARDO CINTRA TORRES (Lisboa, 1957) é professor de Estudos de Televisão e de Análise de Publicidade na Universidade Católica. É crítico de *media*, no *Público* e no *Jornal de Negócios*. Publicou, entre outros, *Mais Anúncios à Lupa* (2008), *A Tragédia Televisiva* (2006) e *Reality Shows: Rituais de Passagem da Sociedade do Espectáculo* (2002). É autor de programas de televisão e rádio.

EMÍLIA TAVARES é conservadora e curadora no Museu Nacional de Arte Contemporânea — Museu do Chiado (Lisboa). É mestre em

História da Arte pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Tem comissariado diversas exposições, como *Joshua Benoliel (1873-1932) — repórter fotográfico* (LisboaPhoto, 2005, e PhotoEspana, Cuenca, 2009), *Batalha de Sombras: Fotografia dos Anos 50 do Museu Nacional de Arte Contemporânea* (MNR, Vila Franca de Xira, 2009). É a investigadora portuguesa do projecto *FOTOFO — The History of 20th Century European Photography*.

FÁTIMA SÁ E MELO FERREIRA nasceu em Lisboa em 1950. É professora no ISCTE-IUL, investigadora do Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC) do mesmo Instituto e membro da redacção da revista *Ler História*. Integra o projecto *Iberconceptos — Por una Historia Conceptual Comparada del Mundo Iberoamericano 1770 1870* e foi co-editora do *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*, (Javier Fernández Sebastián, Director), Madrid, Fundación Carolina, 2009. Estuda o século XIX português nas suas dimensões políticas e culturais. Publicou *Rebeldes e Insubmisos. Resistências Populares ao Liberalismo — 1834 1844*, Afrontamento, 2002, e *D. Miguel*, Círculo de Leitores, 2006, com Maria Alexandre Lousada, além de diversos artigos em revistas nacionais e estrangeiras.

FREDERICO ÁGOAS é licenciado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde se encontra actualmente a concluir uma tese de doutoramento sobre a história da sociologia em Portugal. É investigador associado do Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa.

JOÃO LEAL (Lisboa, 1954) é professor associado com agregação no departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigador do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. É autor, entre outros, dos livros *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*, *Cultura Popular e Identidade Nacional*, 2000, e *Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos, Transições*, 2006.

JOÃO PINHARANDA nasceu em Moçambique em 1957. É professor auxiliar convidado do Departamento de Arquitectura da UAL desde 1997. É consultor artístico e programador da Fundação EDP, desde 2000. É director de programação do Museu de Arte Contemporânea

de Elvas, desde 2007. É autor de textos em obras colectivas como *Contemporary Portugal*, dir. António Costa Pinto, 2010 (a sair); *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, 1995; *História da Arte Portuguesa*, dir. Dalila Rodrigues, 2009.

JOSÉ MANUEL SOBRAL (Viseu, 1952) é antropólogo e historiador. Foi pesquisador em dialectologia, assistente de História e é investigador principal do Instituto de Ciências Sociais. Publicou trabalhos sobre poder, família, classes, memória social, nacionalismo, racismo, epidemias, história da etnografia e alimentação. A sua obra principal é o livro *Trajectos: o Passado e o Presente na Vida de Uma Freguesia da Beira*.

JOSÉ NEVES (Lisboa, 1978) é investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, sendo professor auxiliar convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas daquela mesma universidade. Doutorou-se no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e foi investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Entre outras publicações, em 2004 organizou, com Nuno Domingos, o volume *A Época do Futebol – O Jogo Visto pelas Ciências Sociais* e, em 2006, coordenou o volume de ensaios *Da Gaveta para Fora – Ensaios sobre Marxistas*. Com a tinta-da-china, publicou *Comunismo e Nacionalismo. Cultura, História e Política no Século XX* (2008, com reedição de bolso em 2010).

LUÍS AUGUSTO COSTA DIAS (Lisboa 1956) é licenciado em História (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa) e está a concluir o doutoramento (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra). É investigador da Biblioteca Nacional e tem actualmente o estatuto de investigador-colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, CEIS20, Universidade de Coimbra. Tem como principais áreas de interesse científico a História Cultural e Política e a Cultura Portuguesa Contemporânea, nas quais tem baseado os seus trabalhos.

LUÍS TRINDADE (Lisboa, 1971) lecciona Cultura Portuguesa Contemporânea no Birkbeck College da Universidade de Londres. Tem escrito sobre nacionalismo e salazarismo, história do cinema e da imprensa em Portugal no século xx. Publicou, em 2008, *O Estranho Caso do*

Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a Literatura e a Política, pela Imprensa das Ciências Sociais.

MANUEL GRAÇA DIAS (Lisboa, 1953) é arquitecto (ESBAL, 1977), professor auxiliar da FAUP, onde concluiu o doutoramento em 2009, e professor convidado do DA/UAL. Vive e trabalha em Lisboa, onde criou em 1990 o ateliê CONTEMPORÂNEA, com Egas José Vieira. Actualmente, dirige o *Jornal Arquitectos*. É autor de livros de divulgação de temas de arquitectura, e, desde 2008, é presidente da secção portuguesa da AICA.

MARIA ALEXANDRE LOUSADA (1956) é professora auxiliar no IGOT e investigadora no CEG (Universidade de Lisboa). É licenciada em História e doutorada em Geografia. As suas áreas de investigação são a geografia histórica urbana e a história sociocultural (entre meados do século XVIII e o início do século XX). É autora de artigos e capítulos de livros sobre sociabilidades e produção do espaço urbano em Lisboa, associativismo e miguelismo. Trabalha actualmente sobre a vida cultural nas cidades de província e os primórdios do turismo em Portugal.

MARIA ALICE SAMARA (Lisboa, 1974) está a finalizar a dissertação de doutoramento, é investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e professora na Escola Superior de Educação de Setúbal.

MARIA JOÃO VAZ (Lisboa, 1963) é professora auxiliar do departamento de História — ISCTE-IUL, investigadora do CEHCP-ISCTE-IUL e directora-adjunta da revista *Ler História*. É autora de *Crime e Sociedade. Portugal na Segunda Metade do Século XIX* (prémio Victor de Sá, 1998) e de *A Criminalidade em Lisboa de Meados do Século XIX ao Início do Século XX* (prémio Alberto Sampaio, 2008).

MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO (Lisboa, 1973) é doutorado em História pelo King's College da Universidade de Londres. Actualmente é investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Publicou recentemente *Livros Brancos, Almas Negras. A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c.1870-1930)*, 2010.

NUNO DIAS (Lisboa, 1976) é doutorado em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Publicou recentemente «O Que Significa Ser Étnico? Uma Revisão do Conceito de Empresarialidade Étnica a partir das Experiências Empresariais entre Hindus em Portugal», *Migrações*, n.º 4, 2009.

NUNO DOMINGOS (Lisboa, 1976) é doutorado em Antropologia Social pela School of Oriental and African Studies da Universidade de Londres. Actualmente é investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Publicou recentemente «Minerva Central: uma Livraria Colonial», em *Comunidades de Leituras: Cinco Estudos de Sociologia da Cultura*, 2009.

RICARDO NORONHA (Lisboa, 1979) é investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, e bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Está a concluir a sua tese de doutoramento em História, subordinada ao tema da nacionalização do sistema bancário português no contexto do processo revolucionário de 1974/1975.

RUI BEBIANO (Castanheira de Pêra, 1952), historiador, é professor da Faculdade de Letras e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Trabalha actualmente em temas de história cultural e política desde os anos 50 à actualidade, em particular no campo das construções utópicas, das práticas de exclusão e silenciamento, e das representações contemporâneas do passado.

SILVINA RODRIGUES LOPES (Ansião, 1950) é professora catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde ensina Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa do século xx. É autora, entre outros, de *A Legitimação em Literatura*; *Literatura, Defesa do Atrito*; *A Anomalia Poética* e *A Inocência do Devir*.

SÓNIA VESPEIRA DE ALMEIDA (Lisboa, 1973) é professora auxiliar convidada no departamento de Antropologia (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa) e investigadora do CRIA. Está a realizar o pós-doutoramento sobre a nação e lusofonia na arte contemporânea portuguesa (Universidade Nova de Lisboa).

Recebeu uma menção honrosa do Prémio Victor de Sá (2008). É autora de *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)*, 2009.

TIAGO BAPTISTA (Lisboa, 1976) trabalha como conservador na Cinemateca Portuguesa desde 2002. Tem-se dedicado à história do cinema português, tema sobre o qual escreveu vários artigos em Portugal e no estrangeiro. É autor de uma dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação intitulada *Tipicamente Português: o Cinema Ficcional Mudo em Portugal* (2004) e dos livros *As Cidades e os Filmes: Uma Biografia de Rino Lupo* (2008), *A Invenção do Cinema Português* (2008) e *Ver Amália: os Filmes de Amália Rodrigues* (2009).

VERA MARQUES ALVES (Lisboa, 1969) doutorou-se em Antropologia no ISCTE com a tese «*Camponeses Estetas no Estado Novo*». *Arte Popular e Nação na Política Folclorista do Secretariado da Propaganda Nacional*, em 2008. Actualmente é investigadora de pós-doutoramento no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA/UM) e bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

VICTOR PEREIRA (Vernon, França, 1978) é pós-doutorando da Fundação para a Ciência e Tecnologia e investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Defendeu a sua tese de doutoramento em História sobre o Estado português e os portugueses em França de 1957 a 1974 no Institut d'Etudes Politiques de Paris.

VÍTOR PAVÃO DOS SANTOS (Lisboa, 1937) é licenciado em História de Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, publicando dois volumes dos *Documentos para a História da Arte em Portugal*. Foi director do Departamento de Museus do Instituto Português do Património Cultural. Em 1982 fundou o Museu Nacional do Teatro, que dirigiu até 2001, encarregando-se de todas as suas exposições e respectivos catálogos. Publicou, entre outros livros, *A Revista À Portuguesa* (1978), primeiro estudo sobre esse género teatral, *A Dinastia de Avis e a Europa* (1983), *Arte e Quotidiano, Amália. Uma Biografia* (1987), a primeira biografia de Amália Rodrigues, e *Amália. Uma Estranha Forma de Vida. Fotobiografia* (1992).

A PRIMEIRA EDIÇÃO DE *COMO SE FAZ UM POVO*
foi composta em caracteres Hoefler Text e impressa
na Guide, Artes Gráficas, em papel Coral Book
de 90 gramas, numa tiragem de
1000 exemplares, no
mês de Junho de
2010.

